

Dívida: como a situação começou a mudar.

Funaro: a negociação está no caminho certo.

As primeiras indicações de que o secretário do Tesouro dos EUA, James Baker, anunciaria mudanças substanciais na posição do país em relação à situação dos devedores surgiram anteontem, no discurso que o presidente Reagan fez na sessão de abertura da assembleia conjunta FMI-Banco Mundial. A informação de que Baker falaria ontem (veja página 13) em novas possibilidades de ajuda aos devedores, dada por Reagan, funcionários do governo norte-americano acrescentaram, sem maiores detalhes, que estas possibilidades incluiriam passos significativos para o relaxamento tanto das regulamentações bancárias como das rígidas exigências do FMI.

Segundo Peter T. Kilborn, do N. Y. Times, os funcionários adiantaram que Baker estaria considerando mudanças na legislação bancária para facilitar uma maior concessão de empréstimos a países em desenvolvimento.

Os funcionários da administração afirmaram ainda que as modificações nos regulamentos bancários são "um setor para o qual as pessoas deveriam olhar com maior atenção". Tais mudanças, acrescentaram, podem ser aplicadas aos esforços para se trocar uma parte da dívida por **securities**, que poderiam ser vendidos a investidores.

De fato, o discurso do secretário de Tesouro norte-americano trouxe ao mundo o reconhecimento, pelos Estados Unidos, de que há fatores externos que podem modificar a capacidade dos países endividados para cumprir seus programas de ajuste. Em seu pronunciamento, Baker defendeu a necessidade da criação de um novo Fundo Externo de Contingência, que ajudaria a superar as dificuldades dos países devedores e a facilitar novos créditos.

Este novo Fundo deve ser complementado por outras mudanças, que reasseguram que os programas do FMI estão orientados para o crescimento", disse Baker. O secretário reafirmou sua posição favorável à utilização do chamado "cardápio de opções", pedindo que novas possibilidades para a negociação das dívidas sejam desenvolvidas pelas instituições financeiras internacionais.

Segundo Baker, os Estados Unidos estudam possíveis regulamentos que incentivem os bancos norte-americanos a se utilizarem das opções formuladas no "cardápio". Baker se referiu a mudanças nas leis fiscais, que permitiriam às instituições financeiras converter a dívida em capital.

Mas os analistas internacionais consideraram mesmo uma nova idéia a declaração do secretário do Tesouro de que os Estados Unidos estão estudando novos indica-

O ex-ministro Dílson Funaro não comenta a atuação de seu sucessor na condução da economia brasileira. Por decisão própria e, segundo ele, para não atrapalhar. Mas ontem, durante um encontro promovido pelo Sindicato dos Economistas de São Paulo, ele deu apoio indireto à estratégia de renegociação externa de Bresser Pereira, posta em prática nos últimos dias:

— O Brasil não está numa aventura irresponsável e inconsequente. O que o País está buscando são novos caminhos para a renegociação da dívida, onde os credores assumam sua parcela de responsabilidade na atual crise. Se fosse para negociar nos termos tradicionais, com a responsabilidade e os encargos recaindo unicamente sobre os devedores, não seriam necessários mais que 15 minutos. Mas, em compensação, em 1989 haveria um nova moratória.

Ao contrário de uma opinião cada vez mais generalizada, Funaro diz que as negociações estão evoluindo bem. Com a experiência de ministro criticado por um grupo de governadores quando discutia acerto de contas com credores, ele lembra que o apoio do Congresso e dos empresários é um ganho importante para o negociador:

— É importante que ele se sinta defendendo os interesses do País. O ministro tem que saber que está defendendo realmente uma postura do governo que representa.

Outro ganho importante apontado pelo ex-ministro da Fazenda é o fato do Brasil ter conseguido envolver na renegociação da dívida e na busca de uma saída para a crise do endividamento os governos de todos os países desenvolvidos, como está ocorrendo agora. Na sua avaliação, é por esse caminho que se conseguirá um acordo de longo prazo para o problema.

Para demonstrar a conquista de posições pelos negociadores brasileiros, Funaro lembra como era o processo de renegociação até sua chegada ao Ministério da Fazenda:

— O centro de decisão era o comitê dos bancos credores. O ministro chegava lá e ficava sentado na frente deles. E como o consenso do comitê é feito sempre pelo mínimo denominador comum, saía de lá com resultados que atendiam aos bancos mas não ao Brasil e às suas necessidades.

Hoje isso mudou, segundo registra o



Funaro: mudanças começaram em 86.

próprio noticiário dos jornais, assegura Funaro. Para ele, não se trata de um desprestígio ao comitê, mas de exigir dele que cumpra a função coordenadora junto aos credores privados, deixando de ser o que vinha sendo: o centro das decisões para a crise da dívida.

O ex-ministro entende que todos os envolvidos nessa crise — governos dos países desenvolvidos, organismos multilaterais (FMI, Banco Mundial), bancos oficiais e privados — já estão conscientes de que a renegociação ganhou uma outra qualidade, e que cada um deles terá que assumir sua parcela de responsabilidade — leia-se perdas — para sair dela:

— Como ninguém quer assumir perdas, a grande chave da negociação, hoje, é saber quem dará o primeiro passo nessa direção — os bancos, os organismos de financiamento internacional ou os governos?

Funaro não explicita e é extremamente cuidadoso com as palavras para nem sequer sugerir que a atuação de Bresser na frente externa é uma continuidade de sua própria estratégia, montada a partir de 1985. Mas uma reconstrução dela, que ele mesmo faz, aponta nessa direção, pois elevar as perdas a objeto de negociação, como acontece hoje, sempre esteve na sua mira:

— Depois de 1983, os credores se recusaram a assumir sua parte de responsabilidade na crise da dívida. Eles diziam simplesmente: "assine um acordo com o FMI que tudo se resolve". Acontece que esses acordos acabaram não resolvendo nada e demonstrando que o Fundo não era a instância para solucionar o problema. Só que havia um esquema montado nesse sentido.

A estratégia do ex-ministro consistiu,

segundo ele mesmo, em desmontar cada degrau desse esquema que envolvia passar pelo comitê dos bancos e pelo FMI. Primeiro ele conversou com Jacques de Lavosière, na ocasião gerente-geral do Fundo, sobre sua tese de uma renegociação em outro nível, e garante que foi bem recebido e entendido. Teve outras conversas, evoluindo sua proposta e a aceitação do interlocutor, o que pode ser comprovado, de acordo com sua argumentação, com o discurso de despedida do presidente do Fundo, quando este defendeu uma nova postura para a entidade junto a credores e devedores.

Com os governos dos países desenvolvidos, Funaro conseguiu desmontar mais um degrau, em junho-julho de 1986:

— Primeiro foram a Itália e a França, e depois o restante do Grupo dos Sete, que reúne os sete países mais ricos (EUA, Alemanha, Japão, Inglaterra, e Canadá) a assumirem também suas responsabilidades pela crise da dívida. Eles assinaram um protocolo onde isso ficou explícito.

De posse desse trunfo, o ex-ministro prosseguiu na sua campanha de convencimento da necessidade de uma nova forma de renegociação. Além desse, ele tinha nas mãos os dados demonstrativos da ineficiência das formas tradicionais, coordenadas pelo Fundo e baseadas em superávits comerciais dos devedores. Na sua tese, a idéia central era a redução dos pagamentos a um nível que permitisse a continuidade dos investimentos nos países em desenvolvimento.

No meio do caminho, no início deste ano, surgiu uma pedra que acabaria servindo também a sua estratégia: a queda das reservas a níveis críticos, motivada pela difícil administração do Cruzado, seu aumento de consumo, preços longamente congelados e o desabastecimento.

Consequência: a moratória para os juros de médio e longo prazo junto aos credores privados e a entrada em cena, no primeiro plano, da crise internacional da dívida. Passados os primeiros dias e afastada a possibilidade de retaliações, Funaro ainda preparou um plano para uma renegociação com um prazo de cinco anos. Chamava "Saída da Crise". Aí ele saiu do governo.

Moracy R. de Oliveira

dores para coordenar a economia mundial. Baker mencionou a possibilidade de utilizar-se a relação entre as matérias-primas — inclusive o ouro — e as divisas. "Isto poderia nos servir como um sinal de alerta diante de possíveis tendências dos preços", disse ele.

Bom senso

Dizendo que estava fazendo a sua parte ao assinar uma lei para reduzir o déficit, Reagan citou em seu discurso que o Japão e a Alemanha Ocidental necessitam de "bom senso" para aceitarem remédios econômicos desagradáveis, em benefício de uma economia mundial assolada pelas dívidas e em lento crescimento.

O único aplauso que interrompeu o discurso presidencial ocorreu quando ele prometeu escrever "veto na primeira página" de projetos de lei do Congresso que façam restrições ao comércio externo. Reagan definiu legislações deste tipo como "auto-destrutivas", e também mencionou a sua mais recente questão econômica: a campanha, iniciada por ele neste ano, para persuadir todos os países a eliminar os subsídios à agricultura dentro de mais uma década.

Referindo-se à assinatura da lei orçamentária, Reagan disse aos vários milhares de banqueiros e importantes funcionários financeiros de 151 países reunidos no salão de baile do The Sheraton Washington Hotel: "Foi uma decisão difícil. Ela deve ser considerada como um sinal de que a América não está se afastando de suas responsabilidades".

"Mas, tendo tomado esta decisão, eu convoco os países com superávit a fazerem o mesmo. A saúde da economia mundial não depende unicamente da política orçamentária norte-americana."

Reagan também teve uma indireta para os economistas que, como os alemães e os japoneses, estão constantemente encontrando defeitos na sua política, até mesmo quando a economia está em vésperas de comemorar cinco anos seguidos sem uma recessão: "Dizem que um economista é o único profissional que vê alguma coisa funcionando na prática e depois se pergunta seriamente se a mesma coisa é capaz de funcionar na teoria".

O presidente norte-americano fez questão de preparar o ambiente para o discurso de Baker. Segundo Peter T. Kilborn, a administração aparentemente vê tudo isso como uma oportunidade para ressuscitar o "Plano Baker", criado há dois anos, para ajudar o mundo em desenvolvimento a lidar com sua dívida, que já atinge 1,2 trilhão de dólares.